

Origens do ensino agrícola no Espírito Santo: breve histórico da fazenda modelo Sapucaia (1909-1912)

Bruno Santos Conde

Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES).

DOI: 10.47573/aya.88580.2.53.14

RESUMO

A efêmera trajetória da Fazenda Modelo Sapucaia é o tema central deste estudo. Com funcionamento no Espírito Santo entre 1909 e 1912, o estabelecimento representou, no cenário local, a primeira ação concreta visando à qualificação técnica de trabalhadores para a agricultura. A verdade é que o ensino agrícola já estava em pauta no Brasil de modo mais intenso desde o século XIX, no bojo do processo de extinção da escravidão e da preocupação das elites com a questão da mão de obra. Visando avaliar como a realidade capixaba se inseria nesse quadro, deparamo-nos com profícuas discussões na imprensa local acerca do tema. Mais do que isso, essa mesma imprensa repercutiu largamente a organização de uma fazenda modelo no Espírito Santo, um tema até então pouco mencionado pela bibliografia local. Objetiva-se, portanto, justamente abordar as principais características desse empreendimento, evidenciando seu funcionamento na prática, suas principais concepções, seu papel do ponto de vista político entre outros elementos.

Palavras-chave: fazenda modelo. ensino agrícola. Espírito Santo. história da educação.

INTRODUÇÃO

O ensino agrícola foi inaugurado no Brasil durante a segunda metade do século XIX. O processo de extinção da escravidão impôs a necessidade dos grandes proprietários discutirem a crucial questão da mão de obra. Por outro lado, crescia o anseio em qualificar técnicas e instrumentos agrícolas de modo a aumentar a produtividade. Essas e outras demandas exigiam a qualificação do pessoal envolvido às atividades rurais, resultando num grande movimento de apologia ao ensino agrícola entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Isso tudo se ampliou com a transição do Império para a República em 1889, que aumentara a participação das elites agrárias nos governos estaduais (LEAL, 2012).

No Espírito Santo surgiam naquele contexto articulações em defesa do ensino agrícola. O que estava em vista, porém, era a organização de um ensino pragmático, voltado para o atendimento de uma demanda da economia agrícola. É então que se enquadra a fazenda modelo Sapucaia, implantada em 1909 como primeiro empreendimento voltado para a difusão de conhecimento agrícola no Espírito Santo. Para este breve histórico, portanto, valemo-nos aqui da bibliografia pertinente sobre o ensino agrícola, assim como de documentos legais (decretos, leis, entre outros) e de publicações da imprensa local.

O ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL: ALGUMAS NOTAS

No decorrer do século XIX o governo imperial criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, além de Institutos Agrícolas na Bahia, em Pernambucano, Sergipe e Rio de Janeiro (BEDIAGA, 2013). Entre as incumbências pretendidas com esse conjunto de instituições estavam fundar escolas agrícolas e produzir estudos para aperfeiçoamento da agricultura.¹ Entretanto, a pasta foi extinta nos primeiros anos da República, levando as pautas agrícolas para o novo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, prejudicando a atenção estatal às demandas do setor.

¹Também é verdade que muitas dessas iniciativas pioneiras não lograram êxito, formando poucos profissionais ou mesmo sendo extintas, por distintos fatores (CAPDEVILLE, 1991). Para um histórico de algumas das mais antigas escolas de agricultura, ainda no século XIX, ver: OLIVER, 2005.

A criação do novo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1906 foi resultado da pressão de grupos de proprietários, sendo decisiva para dar fôlego à expansão do ensino agrícola pelo país (MENDONÇA, 1997; BHERING; MAIO, 2011). A ideia era fazer com que o ministério assumisse a dianteira de um processo que esteve nas mãos dos estados durante os primeiros anos da república.

Para regulamentar o ensino agrícola, em 1910 foi publicado um extenso decreto federal, algo que significou não o ponto de partida, mas sim a sistematização de experiências regionais. Antes da organização proposta pelo governo federal, estados, municípios ou mesmo particulares implementaram iniciativas de ensino agrícola. O grande número de subdivisões elencadas pelo decreto revela justamente essa diversidade de projetos: ensino superior; ensino médio ou teórico-prático; ensino prático; aprendizados agrícolas; ensino primário agrícola; escolas especiais de agricultura; escolas domésticas agrícolas etc. Indo além, o decreto também definiu as instalações complementares a tais estabelecimentos: estações experimentais; campos de experiência e demonstração; fazendas experimentais; estação de ensaio de máquinas agrícolas, dentre outros (BRASIL, 1910). O Espírito Santo, portanto, tal como outros estados, antecipou-se ao decreto de 1910 ao inaugurar sua fazenda experimental ainda em 1909.

A busca pelo aprimoramento da atividade agrícola não era necessariamente uma novidade. Observando séculos anteriores, vê-se a tentativa de diversificação agrícola na era pomalina, além da fundação do Jardim Botânico e do Museu Nacional após a chegada família real portuguesa em 1808 (DIAS, 1968; DOMINGUES, 1995). Ciência e agricultura se associaram no Brasil, numa tentativa de produzir um conhecimento pragmático, que servisse às atividades econômicas (BHERING; MAIO, 2011). Tudo se intensificou, entretanto, a partir de outro processo decisivo do oitocentos: o fim da escravidão.

A questão é que o ambiente de implosão da escravidão, impulsionado por uma série de fatores que tiveram lugar durante a segunda metade do século XIX no Brasil, levou os proprietários a se preocuparem estruturalmente com a questão de mão de obra. Além disso, o discurso de crise constante da agricultura propalado pelo setor agrário colocou a necessidade de reorganizar o setor produtivo no centro dos debates (HENRIQUES, 2010).

Necessário pontuar também que muitas inovações em termos de produção agrícola viam sendo implementadas noutros países, quase sempre na esteira da Revolução Industrial (COSTA, A.; SCHWARCZ, 2000). Desse modo, em busca de uma reação que ampliasse o poder de concorrência brasileiro, o ensino agrícola era tomado como fundamental para propiciar avanços no campo agropecuário. A ideia era transpor para as lavouras brasileiras equipamentos recentemente inventados, novos tipos de fertilizantes, técnicas inovadoras etc., sendo necessária uma estrutura educacional capaz de instruir os brasileiros para operar tais novidades.

A FAZENDA MODELO SAPUCAIA

A fazenda modelo Sapucaia foi inaugurada em dezembro de 1909, situando-se nas proximidades da capital Vitória (A INAUGURAÇÃO..., 1909, p. 01-03). Mesmo antes da inauguração, outros documentos legais já haviam preparado o terreno para seu funcionamento (ESPÍRITO SANTO, 1908; ESPÍRITO SANTO, 1909a). A experiência do estado de Minas Gerais foi a principal referência para o projeto capixaba. Não por acaso, o primeiro administrador da fazenda

foi Agostinho Marciano de Oliveira, até então funcionário do governo mineiro (ESPÍRITO SANTO, 1909b). Há que se considerar também a visita do próprio governador capixaba, Jerônimo Monteiro, à Fazenda Modelo da Gameleira, no estado vizinho, ainda em 1908 (O FUTURO..., 1908).

São Paulo, com seu crescente número de estabelecimentos de ensino agrícola, servia como inspiração óbvia para os estados da federação (GONÇALVES; VERSIEUX, 2015). Mas para o caso do Espírito Santo, porém, a atuação mineira na área foi mais decisiva.

A fazenda modelo Sapucaia deveria se ocupar do ensino agrícola, além de funcionar como ponto de auxílio aos fazendeiros, seja por meio de demonstrações, assistência técnica ou do fornecimento de equipamentos. Nesse sentido, como centro voltado ao ensino agrícola, a Fazenda Modelo Sapucaia receberia trabalhadores enviados por proprietários rurais a fim serem instruídos de modo prático quanto a técnicas e manuseio de equipamentos. Também ministraria instrução prática a moços interessados em se habilitar para a profissão de mestre de cultura.² Os interessados numa dessas vagas deveriam ter mais de 18 anos de idade, além de uma “conduta reconhecidamente morigerada”, recebendo alimentação, transporte e residência em caso de reconhecida pobreza. Após 10 meses de curso os jovens seriam submetidos a um exame prático e oral sobre as atividades desenvolvidas na fazenda (ESPÍRITO SANTO, 1909a).

O exame do noticiário local demonstra que, como unidade produtiva, a fazenda Sapucaia funcionava desde a inauguração de modo pomposo (VANTAGENS..., 1910; CULTURA..., 1910). Entretanto, sua atuação como instituição de instrução ainda estava comprometida pelo caráter inacabado de sua estrutura. Já transcorria o ano de 1910 quando ainda estava em escolha um local na fazenda para construção de um pavilhão (INFORMES..., 1910a). No segundo semestre persistiam inacabadas as obras dos “[...] compartimentos apropriados para receber até trinta aprendizes, que se queiram dedicar à interessante carreira da agricultura” (MONTEIRO, 1910).

O Aprendizado Agrícola então em construção no interior da fazenda Sapucaia se enquadra no variado espectro de modalidades possíveis para o ensino da agricultura (SILVA; MARQUES, 2014). O já citado decreto do ensino agrícola definia os Aprendizados como instituições de ensino “exclusivamente prático”, formando trabalhadores para “os diversos serviços da propriedade rural” em consonância com as “modernas práticas agrônômicas”, e recebendo preferencialmente “filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores rurais” (BRASIL, 1910).

Importante observar que as experiências estaduais de ensino agrícola não eram padronizadas, apresentando diversas peculiaridades. No caso específico do Espírito Santo tínhamos uma fazenda experimental, com espaço físico para instrução prática e alojamento, mas com a especificidade de receber jovens órfãos em vez de filhos de agricultores.

A gestão estadual se esforça para não associar diretamente a fazenda modelo ao fim assistencial, mas há indícios que dessa finalidade em algumas fontes. Um despacho do próprio governo, por exemplo, identifica que ao menos cinco órfãos já viviam na fazenda em 1910 (ESPÍRITO SANTO, 1910a). Além disso, o noticiário local dava conta de que a construção do pavilhão citado há pouco serviria “[...] para dar morada a meninos pobres que desejarem se aplicar ao estudo da agricultura [...]” (INFORMES..., 1910a, p. 2).

Há ainda outros elementos nesse sentido, como a visita à fazenda de Antonio Athayde,

² Um mestre de cultura deveria deter conhecimento prático dos diferentes processos necessários ao funcionamento da propriedade agrícola, sendo capaz também de cuidar da parte administrativa, realizar contratações e pagamentos, além de efetuar os devidos registros.

diretor de agricultura, que assistiu “a aula diurna dos órfãos” (FAZENDA..., 1911, p. 2). Também Alcindo Guanabara (1910), jornalista do Rio de Janeiro, relatou durante visita ao Espírito Santo que na fazenda Sapucaia: “[...] se recolhem os rapazinhos desvalidos da cidade, que aprendem assim o amanho [cultivo] da terra [...]”. Ao fim de sua gestão, Monteiro (1912, p. 8) admite que não conseguiu organizar a fazenda conforme plano inicial:

junto à fazenda foi também fundado um aprendizado agrícola, que não cheguei a organizar, como desejava, mas já presta mesmo assim bons serviços. Nele são admitidos meninos pobres, que se instruem e se preparam, gratuitamente, para a nobre e interessante carreira da agricultura.

Ao indicar que não organizou o Aprendizado conforme pretendido, Monteiro pode estar se referindo a aspectos materiais, mas pode também estar se lamentando pelo caráter assistencial adquirido pela instituição. Longe de ser um fim menos nobre, se diferencia, entretanto, dos planos iniciais. Em vez de moços interessados em habilitar-se para a profissão de mestre de cultura, conforme decreto fundador, Sapucaia passou a recrutar “crianças pobres que viviam abandonadas a se viciarem nas tabernas e espeluncas” (HOMENAGEM..., 1910, p. 1), onde recebiam “proteção, ensino e trabalho.” (FAZENDA..., 1910, p. 1).

Em várias partes do Brasil os Aprendizados serviram como verdadeiros viveiros de mão de obra, com fazendeiros de suas respectivas regiões recrutando trabalhadores (MENDONÇA, 1999). Não há indícios que permitam avaliar a ocorrência de fato semelhante no Espírito Santo. De qualquer modo, localmente estava claro para sociedade o papel de acolhimento aos órfãos desempenhado pela fazenda modelo. Com proposta de ensino exclusivamente prático, não seria surpresa se esses jovens fossem utilizados na lida diária, sob o pretexto de estarem sendo treinados.

A fazenda Sapucaia havia sido pensada para atender ao setor produtivo, capacitando os trabalhadores estabelecidos no campo, mas passou a atuar numa demanda claramente urbana: a assistência aos desvalidos. Isso ajuda a explicar o desapontamento do governador ao fim do mandato. Mendonça (2006, p. 91) já havia observado noutros estados a atuação desses estabelecimentos de ensino agrícola “junto a categorias sociais pouco vinculadas à agricultura, servindo como paliativo à questão social urbana [...]”.

Isso também ocorreu no caso do Espírito Santo, uma vez que a estadia desses órfãos na fazenda permitia-lhes gerar a própria subsistência com seu trabalho. Mais do que isso, retirava-os do meio urbano, das ruas, auxiliando no processo de reordenamento Vitória em busca de uma imagem moderna para a capital, algo perseguido por vários estados naquele momento.

Importante observar que o sentido econômico da fazenda Sapucaia não se perde com essa transformação. Nem poderia ser desse modo, visto que sua gestão estava sob a alçada da Diretoria de agricultura, terras e obras, e não da pasta de educação, como poderia supor-se.³ A questão é que esses jovens eram oriundos do meio urbano e recebiam ensinamentos numa fazenda situada bem perto de Vitória. Ou seja, é provável que seus impactos na estrutura produtiva local não tenham sido expressivos.

A organização pedagógica desse tipo de instituição era um problema recorrente. Analisando o caso de São Paulo, Silva e Marques (2014, p. 85) identificam que aquela era uma deficiência de todo o país: “[...] não havia um sistema de ensino agrícola no estado de São Paulo, *3 Também noutros estados muitas das iniciativas de ensino agrícola estiveram sob administração de órgãos agrícolas (SILVA; MARQUES, 2014).*

como no país, baseado em uma filosofia político-pedagógica direcionada especificamente para esse ensino.”

A fazenda Sapucaia foi inaugurada sem estrutura física para funcionar como escola, tampouco tinha profissionais para tal. As aulas, que consistiam em demonstrações e atividades práticas, eram ministradas pelo próprio mestre de cultura, profissional cujo único requisito era conhecer “a agricultura do país, os processos de cultura aratária e que os tenha praticado habitualmente e com sucesso.” (ESPÍRITO SANTO, 1909a). Havia a interpretação corrente de que a fazenda modelo deveria se diferenciar de escolas regulares, constituindo-se num estabelecimento voltado para as peculiaridades da vida no campo. Ainda que isso possa parecer louvável num primeiro momento, trata-se na verdade da concepção segundo a qual a única alternativa à população rural deveria ser a formação prática para o trabalho agrícola. A fala proferida no debate legislativo sobre a fazenda modelo sintetiza essa concepção: “[...] ensinar a ler não basta, é indispensável ensinar a trabalhar.” (ESPÍRITO SANTO, 1917).

A atuação da fazenda modelo como centro de treinamento de funcionários enviados por proprietários rurais e de capacitação de rapazes para o manuseio de novas técnicas e máquinas agrícolas não se confirmou na prática. Por outro lado, as experimentações (novas culturas, uso de equipamentos importados, técnicas inovadoras), pretendidas desde a implantação da fazenda, ocorriam constantemente, atraindo diversos fazendeiros interessados em conhecer essas novidades. A busca pelo que se chamava à época de agricultura moderna era uma verdadeira obsessão, daí os esforços locais para tentar convencer os proprietários, “[...] porquanto grande já é o espírito de desconfiança da classe agrícola quanto a inovações.” (TORRES FILHO, 1911, p. 1) Um anúncio publicado à época ilustra tal quadro:

A fazenda modelo Sapucaia já tem os campos preparados, pelo sistema moderno, para uma vasta plantação de arroz. Seria de alta conveniência que os lavradores espírito-santenses fossem àquele estabelecimento agrícola verificar de perto os novos processos de preparo do solo para aquela cultura, pois só assim se convenceria de seu grande resultado [...] (ANÚNCIO, 1910, p. 2).

As demonstrações aos proprietários não deixam de ser uma iniciativa de ensino agrícola, às quais se somavam outras ações não formais de educação voltadas para os fazendeiros. Prova disso, mostras de trigo e aveia colhidos na fazenda eram expostos em lojas de Vitória junto a cartazes explicativos dos métodos utilizados (INFORMES..., 1910b, p. 3). A ideia era convencer o setor agrário acerca da viabilidade econômica dos experimentos.

O próprio jornal era um tido como meio de instrução, publicando resultados de testes e divulgando temas pertinentes à atividade agrária. Mantida pelo próprio governo como publicação oficial, a seção “Agricultura” era veiculada com grande frequência, sendo destinada “[...] à publicação de assuntos agrícolas e de informações e dados que possam ter utilidade para os que se dedicam a essa importante carreira.” (MONTEIRO, 1912).

Projeto estratégico, a fazenda modelo tinha acesso facilitado e incentivado. Além da proximidade à Vitória, estava às margens da ferrovia Vitória a Diamantina⁴, concedendo passagem férrea gratuita aos interessados em visitá-la (INFORMES..., 1909, p. 3). Facilidades de pagamento eram atrativos para que os proprietários de terras adquirissem equipamentos semelhantes aos utilizados na fazenda, havendo alguns registros de aquisições nesse sentido. (INFORMES..., 1910c, p. 3; INFORMES..., 1910d, p. 3).

⁴ Atual estrada de ferro Vitória a Minas Gerais, com modificações em seu trajeto.

Entre 1909 e 1912 um total de 484 proprietários visitou a fazenda modelo, sendo fornecidos 40 instrumentos agrários (MONTEIRO, 1912). Embora muitas impressões elogiosas desses fazendeiros tenham sido publicadas, há alguns contrapontos interessantes. Num deles o governador foi alfinetado de modo irônico: “a fazenda modelo é o ‘ai Jesus’, o ‘não me toque’ do Conde [...]” (A VERDADE, 1910, p. 1), numa crítica aos altos investimentos públicos destinados à Sapucaia.

De fato, Jerônimo Monteiro, que governou o Espírito Santo entre 1908 e 1912, empreendeu importantes transformações no cenário espiritosantense, incluindo reforma educacional, incentivos econômicos, mudanças administrativas, além de obras de impacto. Estas, por sinal, possuíam uma função específica, tal como observa Saletto (2018, p. 70): “as obras de urbanização e construção de novos e imponentes edifícios públicos reforçavam a ideia de modernização que Jerônimo procurava imprimir ao seu governo. Seriam novos tempos, e tempos de progresso.”

Nesse sentido, a fazenda modelo estava entre os projetos que receberam atenção especial de Jerônimo Monteiro: foram estratégias de divulgação variadas, visitas frequentes, excursão a Minas Gerais para conhecer iniciativa semelhante no estado vizinho. Monteiro estava ciente do papel da imprensa para divulgação das ações governamentais e formação da opinião pública, o que o levou a convidar figuras relevantes de fora do estado para que visitassem e escrevessem sobre Sapucaia. Foi assim com Alcindo Guanabara, já citado aqui, e com a escritora Júlia Lopes de Almeida (1911).

Esses convidados publicaram suas impressões também em jornais de fora do estado, capitalizando politicamente o governador e ao mesmo tempo servindo para reforçar o anseio de apresentar à sociedade a imagem de um Espírito Santo em processo de modernização. Reforçando essa constatação, cartas de diferentes origens com elogios à fazenda eram publicadas, assim como os registros dos livros de visitas (INFORMES..., 1910e, p. 2). Além disso, em ocasião da visita ao estado do então presidente Nilo Peçanha, o governador fez questão de que a fazenda modelo estivesse entre locais eleitos para recebê-lo (DR. NILO..., 1910, p. 2-3).

Articulando o apoio de associações representativas do setor agrário, o governo também convidou membros da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) para a inauguração da fazenda modelo, presenteando-os com fotografias e mostras de sua produção (ESPÍRITO SANTO, 1910b).

Documentos publicados em 1908 pelo próprio Jerônimo Monteiro revelam suas concepções sobre modernização e educação: “Manifesto Político” e “Manifesto Inaugural”. O primeiro foi redigido antes de sua candidatura e o segundo em ocasião do início de seu governo. Chamo atenção aqui para algumas noções evidenciadas em seus escritos que são pertinentes à análise. Sobre as obras de melhoramentos da capital, Monteiro (1908a, p. 1) alega que tais intervenções “[...] farão refletir fora o nosso zelo e o nosso cuidado, permitindo aferir bem o grau de nossa civilização [...]”. Nessa busca por uma configuração moderna, a educação também cumpriria seu papel, com as escolas formando “[...] os principais elementos do progresso e prosperidade do estado.” (MONTEIRO, 1908b, p. 1).

A visão de Monteiro era recorrente naquele contexto: caberia à educação o papel de civilizar um país que queria ser moderno, avançado, mesmo sem resolver as contradições e

desigualdades constituídas após séculos de escravidão. Nesse sentido, coexistiam distintos trajetos de escolarização, como bem observou Antonio H. Pinto (2018). Enquanto havia estabelecimentos com a perspectiva de letramento e preparação para o ensino superior, outras instituições deveriam dar conta da formação para o trabalho.

É verdade que tal fato está diretamente associado à criação da Escola de Aprendizizes Artífices do Espírito Santo⁵, em 1909, voltada para atender a demanda de mão de obra do setor industrial. Porém, não somente as indústrias estavam contempladas pelos planos de Monteiro:

Incumbe ao governo, pela fundação de escolas técnicas, que não ministrem só o ensino clássico, fazer desenvolver as qualidades práticas dos alunos, habilitando-os e preparando-os para empreender logo um trabalho produtivo no terreno industrial, mercantil e agrícola. (MONTEIRO, 1908b, p. 1).

O plano era promover a expansão da formação técnica de modo a inserir os alunos rapidamente no mercado de trabalho. Indústria, comércio e agricultura estariam contemplados por essa formação que deveria, na concepção de Monteiro, diferenciar-se do ensino clássico. Não se tratava, entretanto, de uma concepção isolada, tal como abordam inúmeros autores, dentre os quais Aranha (1989) e Ghiraldelli Jr. (2000): para as elites, a oferta de um ensino intelectualizado, que “classifica” socialmente. Já para as camadas populares uma formação mais simples, pragmática e voltada para sua rápida inserção no mercado de trabalho de modo a atender interesses econômicos hegemônicos. Havia o receio da falta de mão de obra técnica, braçal para as atividades econômicas. No tempo da escravidão essa preocupação não tinha tanto espaço, visto que havia trabalhadores em fartura, numa imobilidade própria do cativo. Mas os tempos eram outros.

A instalação da fazenda modelo se enquadra, portanto, num movimento maior. A ideia era, também na área agrícola, montar uma escola especial, que se afastasse do “ensino clássico”. Se a ambição era por um Espírito Santo moderno, que ele fosse moderno também no campo, representado pelos equipamentos importados e pelas práticas inovadoras adotadas na fazenda Sapucaia, pensada para ser símbolo de um estado em progresso. Mais do que atender demandas urbanas e dos setores comercial e industrial, o governador acenava também para o ramo agrário, importante base de apoio para sua ascensão política (VASCONCELLOS, 1995).

Outro aspecto da fazenda modelo Sapucaia que chama a atenção é a relação entre a sua criação e o aguçamento dos debates sobre o ensino agrícola no âmbito local. Nesses debates, as críticas também tiveram lugar. Mesmo se revestindo de disputas políticas, novamente nos atentaremos aqui aos indícios passíveis de análise objetiva. Numa crítica à fazenda modelo, por exemplo, o editor acaba confirmando o caráter avançado de seus equipamentos: “[...] a nova fazenda do Estado, sem colonos, nacionais ou estrangeiros (porque ali não funciona o braço humano e sim o maquinismo aperfeiçoado e moderno) vai custando mensalmente cerca de 4:000\$000 [...]” (VASCONCELLOS, 1910, p. 1).

As demonstrações eram aspecto central da fazenda Sapucaia, entretanto, se os produtores não conseguissem adquirir os equipamentos lá utilizados, grande parte desse esforço seria em vão. O governo ofereceu vantagens para aquisição dos mesmos, mas isso nem sempre foi suficiente. Tal quadro explica questionamentos como: “o que lucra o lavrador em conhecer esta fazenda, se ele não tem dinheiro para comprar arados e outros instrumentos [...]” (BENEFÍ-

5 A Escola de Aprendizizes Artífices do Espírito Santo foi posteriormente transformada em Escola Técnica de Vitória, recebendo ainda outras denominações antes de passar a integrar a rede do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) a partir de 2008.

CIOS..., 1910, p. 1). Ou então: “[...] o lavrador vê e aprende a lavrar pelos processos modernos, [...] e volta para casa a cavar a terra como d’antes.” (A VERDADE, 1910, p. 1). De fato,

Ciente das críticas quanto aos gastos com a fazenda, Jerônimo Monteiro afirmou ao deixar o governo: “é uma despesa insignificante, repito, em face dos grandes resultados indiretos que pode ela proporcionar à nossa riqueza comum.” (MONTEIRO, 1912, p. 08). Aliás, a clara associação que se fazia à época entre a fazenda modelo Sapucaia e a figura de Monteiro foi reforçada pelo rápido e acentuado declínio do projeto após o fim de sua gestão, em 1912. Seu sucessor, Marcondes Alves de Souza, mesmo eleito com apoio de Jerônimo, descontinuou seu funcionamento, argumentando: “verifiquei que era uma fonte de despesa sem as compensações que o governo esperava.” (ESPÍRITO SANTO, 1916, p. 27).

O local continuava abrigando jovens em estado de pobreza, ao passo que persistia distante de seu objetivo inicial de formar levas de lavradores para a prática de uma agricultura moderna. As demonstrações, atividades mais marcantes de seu funcionamento, cessaram. Prova de seu rápido declínio, em 1916 só havia um funcionário em suas dependências. Após a tentativa frustrada de arrendá-la, o mesmo Marcondes indicou que o Ministério da Agricultura comprometeu-se a assumir sua administração, o que nunca ocorreu (ESPÍRITO SANTO, 1916, p. 29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fazenda modelo Sapucaia esteve entre os principais projetos do governo de Jerônimo Monteiro, que lançou mão de variadas estratégias para sua divulgação. Reforçando a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, legou sua gestão não ao órgão de instrução, mas sim à diretoria de agricultura. O objetivo era mostrar ao país e à opinião pública local um Espírito Santo que poderia ser moderno, civilizado, conforme os preceitos republicanos. Mais do que isso, desejava tornar pujante e diversificada a produção agrícola capixaba, algo que passava pela instrução de proprietários e seus funcionários.

As discussões sobre o ensino agrícola já se disseminavam desde o século anterior em todo o Brasil, mas a gestão de Monteiro fez questão de ensejar esse aguçamento de ideias localmente, posto que se tratava de algo bastante caro a sua gestão, marcada pelo apoio tanto de setores urbanos quanto agrícolas. É nesse sentido que se enquadra a montagem da fazenda modelo Sapucaia, em 1909, destinada a qualificar mão de obra para a atividade agrícola por meio de um ensino prático, com foco em trabalhadores adultos. Pretendia-se receber lavradores e seus funcionários, além de indivíduos interessados em seguir a carreira agrícola.

O que se viu na prática, entretanto, foi o direcionamento de jovens órfãos para que fossem abrigados na fazenda, além de rápidas visitas de proprietários. Desse modo, o empreendimento erguido para resolver o problema da falta de mão de obra qualificada no campo passou a atender a demanda claramente urbana representada pela orfandade. Assim, a atuação da fazenda modelo Sapucaia, a despeito dos altos investimentos destinados pelo governo, teve alcance limitado e efêmero. Com fim da gestão de Monteiro, seu idealizador, a fazenda logo deixou de funcionar, adiando a consolidação do ensino no Espírito Santo para iniciativas e gestões posteriores, conforme pretendemos abordar em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

A INAUGURAÇÃO da fazenda modelo e a colação de grau na escola normal. Diário da Manhã, Vitória, ano 3, n. 306, p. 01-03, 07 dez. 1909.

A VERDADE. Estado do Espírito Santo, Vitória, ano 29, n. 157, p. 01, 30 jul. 1910.

ALMEIDA, J. L. A fazenda modelo Sapucaia no Espírito Santo. Diário da Manhã, Vitória, ano 6, n. 244, p. 2, 08 set. 1911.

ANÚNCIO. Diário da Manhã, Vitória, ano 5, n. 250, p. 02, 18 set. 1910.

ARANHA, M. L. A. História da Educação. São Paulo: Moderna, 1989.

BEDIAGA, B. Revista Agrícola (1869-1891): sensibilizar o lavrador e plantar ciências agrícolas. Varia História, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 169-195, abril de 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/CTPyTGkz9Lt568dxM6T53LP/?lang=pt>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BENEFÍCIOS à lavoura!? Estado do Espírito Santo, Vitória, ano 29, n. 151, p. 01, 23 jul. 1910.

BHERING, M.; MAIO, M. C. Ciência, positivismo e agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, indústria e comércio na Primeira República. Varia História, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 689-709, dezembro de 2011. p. 696-697. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/GhMHkZzhd9jdRSqPbhpTNdH/?lang=pt>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 1606, de 29 de dezembro de 1906. Rio de Janeiro, 1906. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>>. Acesso em 17 fev. 2021.

_____. Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910. Rio de Janeiro, 1916. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 17 fev. 2021.

CAPDEVILLE, G. O Ensino Superior Agrícola no Brasil. Revista brasileira de estudos pedagógicos, Brasília, v.72, n.172, p.229-261, set./dez. 1991. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1064>>. Acesso em 07 de mai. 2020.

COSTA, A. M.; SCHWARCZ, L. M. 1890-1914: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CULTURA do trigo e da aveia. Diário da Manhã, Vitória, ano 4, n. 52, 23 fev. 1910. Agricultura, p. 01.

DIAS, M. O. S. Aspectos da Ilustração no Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 278, p. 105-170, jan.-mar. 1968. Disponível em: <https://www.academia.edu/43872377/Aspectos_da_Ilustra%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil>. Acesso em: 09 jan. 2021.

DOMINGUES, H. M. B. Ciência, um Caso de Política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império, 1995. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DR. NILO Peçanha. Diário da Manhã, Vitória, ano 4, n. 171, p. 01-02, 29 jun. 1910.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo. 29ª sessão ordinária em 23 de novembro de 1917. Vitória, 1917. Diário da Manhã, Vitória, ano 12, n. 84, p. 1, 28 nov. 1917.

_____. Decreto nº 375, de 19 de junho de 1909. Vitória, 1909a. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 18 abr. 2021.

_____. Decreto nº 381, de 03 de julho de 1909. Vitória, 1909b. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 18 abr. 2021.

_____. Lei nº 547, de 23 de novembro de 1908. Vitória, 1908. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 26 nov. 2021.

_____. Presidência do Estado. Atos Oficiais. Despachos de 23 de maio de 1910. Vitória, 1910a. Diário da Manhã, Vitória, ano 4, n. 135, p. 2, 23 mai. 1910a.

_____. Presidência do Estado. Atos Oficiais. Despachos de 19 de março de 1910. Vitória, 1910. Diário da Manhã, Vitória, ano 4, n. 77, p. 02, 21 mar. 1910b.

_____. Relatório sobre os negócios do estado no período governamental de 1912 a 1916 apresentado ao colégio legislativo do estado no dia 22 de maio de 1916 pelo Exmo. Sr. coronel Marcondes Alves de Souza. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>. Acesso em 05 de jun. 2021.

FAZENDA modelo Sapucaia. Diário da Manhã, Vitória, ano 6, n. 134, p. 02, 19 mai. 1911.

FAZENDA modelo. Comércio do Espírito Santo, Vitória, ano 20, n. 109, p. 01, 19 mai. 1910.

GHIRALDELLI JR., P. História da Educação. São Paulo: Cortez, 2000.

GONÇALVES, I. A.; VERSIEUX, D. P. Escrevendo por sobre a terra: as fazendas-modelo em minas gerais (1906-1915). Hist. Educ., Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 201-222, mai./ago. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/heduc/a/zZK9vJKZwRw5NjkSXYj6kRx/?lang=pt>>. Acesso em 29 mar. 2021.

GUANABARA, A. O novo estado do Espírito Santo. Notas de viagem. Diário da Manhã, Vitória, ano 6, n. 252, p. 2, 17 set. 1911.

HENRIQUES, A. B. A cultura rotineira e a lavoura racional: proposições na revista agrícola (São Paulo, 1895-1907). 2010. 283f. Dissertação. (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93367>>. Acesso em 04 fev. 2021.

HOMENAGEM do Comércio ao Exmo Snr. Dr. Nilo Peçanha e seu digno auxiliar. Comércio do Espírito Santo, Vitória, ano 20, n. 140, p. 01, 27 jun. 1910.

INFORMES e notícias. Diário da Manhã, Vitória, ano 3, n. 309, p. 02, 09 dez. 1909.

_____. Diário da Manhã, Vitória, ano 4, n. 120, p. 03, 07 mai. 1910d.

_____. Diário da Manhã, Vitória, ano 4, n. 132, p. 02, 20 mai. 1910a.

_____. Diário da Manhã, Vitória, ano 4, n. 292, p. 02, 31 out. 1910e.

_____. Diário da Manhã, Vitória, ano 4, n. 67, p. 03, 11 mar. 1910c.

_____. Diário da Manhã, Vitória, ano 4, n. 85, p. 03, 31 mar. 1910b.

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MEIRA, R. B. Reclamos da lavoura: A definição do programa de prioridades da indústria sacarina no Primeiro Congresso Nacional de Agricultura. História, São Paulo, v.31, n.2, p. 338-357, jul/dez 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/mrNvTjFxq9NK9YwbHpd9Ymj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 22 mai. 2021.

MENDONÇA, S. R. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960). Estud.soc.agric., Rio de Janeiro, vol. 14, nº 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<http://www.ia.ufrjr.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/EducacaoMII/2SF/Dicotomia>>. Acesso em 14 set. 2020.

_____. Agronomia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.

_____. Estado e ensino rural no Brasil: uma discussão historiográfica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 23., 2005, Londrina. Anais... Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anaisimposios/pdf/20191/1548206573_4ce5e00d4001ce56e19309bb0225ab84.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2021.

_____. O ruralismo brasileiro (1888 - 1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

MONTEIRO, J. Manifesto Inaugural. Diário da Manhã, Vitória, ano 1, n 234, p. 01, 11 jun. 1908a.

_____. Manifesto Político. Diário da Manhã, Vitória, ano 1, n. 122, p. 1, 17 jan. 1908b.

_____. Mensagem dirigida pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do estado, ao congresso do E. Santo na 1ª sessão da 7ª legislatura. Diário da Manhã, Vitória, ano 5, n. 256, p. 1-4, 24 set. 1910.

_____. Relatório apresentado pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro ao congresso legislativo em 23 de maio de 1912. Diário da Manhã, Vitória, n. 166, p. 3-10, 20 jun. 1912.

O FUTURO e o actual presidente. Diário da Manhã, Vitória, ano 1, n. 213, p. 01, 15 mai. 1908.

OLIVER, G. S. O papel das Escolas Superiores de Agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional. 2005. 326f. Tese (Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra) - Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas, 2005.

PINTO, A. H. A formação de trabalhadores no Espírito Santo no contexto republicano (1910-1942). In: SIMÕES, R. H. S. *et al.* Temas da história e historiografia da educação no Espírito Santo. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018.

ROSTOLDO, J. P. A cidade republicana na belle époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade. 2008. 210 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SALETTTO, N. Sobre política capixaba na primeira República. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.

SILVA, M. L.; MARQUES, W. A trajetória política e histórico-normativa do ensino técnico da área de

agropecuária no Estado de São Paulo: a história política de transição por decretos de 1882 a 2001. *Política e Gestão Educacional*, n. 16, p. 81-104, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9362>>. Acesso em 10 abr. 2021.

TORRES FILHO, A. Campos de demonstração e campos de experiência. A orientação a seguir-se. *Diário da Manhã*, Vitória, ano 6, n. 240, 04 set. 1911. *Agricultura*, p. 1.

VANTAGENS do arado. *Diário da Manhã*, Vitória, ano 4, n. 33, p. 01, 04 fev. 1910.

VASCONCELLOS, J. C. Manifesto político ao eleitorado espírito-santense, em geral, e aos habitantes deste estado. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, ano 28, n. 01, p. 01, 01 jan. 1910.

_____. *A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: UFES/SPDC, 1995.